Ensaios Pedagógicos

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ETNOTERRITÓRIO WASSU-COCAL: dos marcos legais às práticas pedagógicas insurgentes

Valéria Campos Cavalcante[1]
Valdeck Gomes de Oliveira Junior [2]
Paulo Marinho[3]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre práticas curriculares no processo de escolarização no etnoterritório Wassu-Cocal, a partir do recorte de uma pesquisa realizada nos anos de 2022 e 2023. Diante da dimensão da pesquisa, são abordados dados de duas escolas indígenas sobre a relevância das práticas étnicas para a construção identitária. Metodologicamente, a pesquisa está balizada por um enfoque qualitativo-interpretativo, baseado em estudo de casos múltiplos, buscando construir argumentações e problematizações, com o fim de compreender os caminhos legais para a implementação da Educação Escolar Indígena na comunidade étnica pesquisada. Busca-se reconhecer os avanços e retrocessos na educação indígena em Alagoas, bem como as epistemologias praticadas, os conhecimentos pedagógicos outros e as cosmologias que constituem a base da práxis na educação escolar indígena. Diante dos dados coletados, destacamos que os currículos construídos seguem múltiplas narrativas, valorizando histórias silenciadas que são subvertidas e (re)elaborando identidades e subjetividades contra-hegemônicas.

Palavras-chave: Currículo. Educação Escolar Indígena. Contra-Hegemonia.

[1]Doutora em Educação. UFAL; Universidade Federal de Alagoas - Brasil; Programa de Pós-graduação em Educação; Orcid iD: https://orcid.org/0000-0001-9512-1531 E-mail: valeria.cavalcante@penedo.ufal.br

[2]Mestre em Educação. UFAL; SEDUC-AL - Brasil; Programa de Pós-graduação em Educação; Orcid iD: http://orcid.org/0000-0001-8877-1851. E-mail: valdeck.gom3s@gmail.com.br

3 Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto. Professor Auxiliar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e membro integrado do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE-FPCEUP), sendo co-coordenador da Comunidade de Prática e Investigação CAFTe - Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias Digitais na Educação (CAFTe). Tem um forte enfoque em áreas como avaliação da aprendizagem, avaliação institucional, formação de professores, culturas escolares e profissionais docentes, educação escolar, minorias sociais e políticas educativas e curriculares. Tem participado em diversos projetos de investigação financiados como investigador principal e colaborador a nível nacional e internacional. A sua trajetória é marcada por um compromisso com a pesquisa educacional, com uma abordagem multidisciplinar. É autor e coautor de diversos artigos, livros e capítulos em livros nacionais e internacionais e em periódicos de grande impacto; Orcid iD: https://orcid.org/0000-0003-4898-2982 . E-mail: pmtmarinho@hotmail.com

Ensaios Pedagógicos

DOI:
123456789

INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION IN THE WASSU-COCAL ETHNOTERRITORY: from legal frameworks to insurgent pedagogical practices

ABSTRACT

This article aims to reflect on curricular practices in the schooling process within the Wassu-Cocal ethnoterritory, based on findings from a study conducted in 2022 and 2023. Given the scope of the research, data from two Indigenous schools are examined to highlight the relevance of ethnic practices in the construction of identity. Methodologically, the study is grounded in a qualitative-interpretive approach based on a multiple case study, seeking to develop arguments and critical reflections in order to understand the legal pathways for implementing Indigenous School Education in the ethnic community under investigation. The aim is to recognize the advances and setbacks in indigenous education in Alagoas, as well as the epistemologies in practice, alternative pedagogical forms of knowledge, and the cosmologies that constitute the foundation of praxis in Indigenous school education. Based on the data collected, we emphasize that the curricula developed follow multiple narratives, valuing silenced histories that are being subverted and (re)constructing counter-hegemonic identities and subjectivities.

Keywords: Curriculum. Indigenous School Education. Counter-Hegemony.

LA EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA EN EL ETNOTERRITORIO WASSU-COCAL: de los marcos legales a las prácticas pedagógicas insurgents

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las prácticas curriculares en el proceso de escolarización en el etnoterritorio Wassu-Cocal, a partir de un recorte de una investigación realizada durante los años 2022 y 2023. Dada la amplitud de la investigación, se analizan datos de dos escuelas indígenas sobre la relevancia de las prácticas étnicas para la construcción de la identidad. Metodológicamente, la investigación se fundamenta en un enfoque cualitativo-interpretativo, basado en un estudio de casos múltiples, con el propósito de construir argumentaciones y problematizaciones que permitan comprender los caminos legales para la implementación de la Educación Escolar Indígena en la comunidad étnica investigada. Buscamos reconocer los avances y los retrocesos en la educación indígena en Alagoas, así como las epistemologías practicadas, otros saberes pedagógicos y las cosmologías que constituyen la base de la praxis en la educación escolar indígena. A partir de los datos recopilados, destacamos que los currículos construidos siguen múltiples narrativas, valorizando historias silenciadas que son subvertidas y (re)elaborando identidades y subjetividades contrahegemónicas.

Palabras clave: Currículo. Educación escolar indígena. Contrahegemonía.

INTRODUÇÃO

Este texto é o recorte de uma pesquisa que teve como objetivo refletir sobre a educação indígena em Alagoas, centrada nas realidades, vivências e ancestralidades

presentes nas metodologias e nos currículos de escolas indígenas. Para tanto, tomou-se como referência o processo de escolarização no etnoterritório Wassu-Cocal, a partir do recorte de uma pesquisa realizada nos anos de 2022 e 2023. Os espaços pesquisados neste estudo foram duas escolas estaduais indígenas: a Escola Estadual Indígena José Manoel de Souza e a Escola Estadual Indígena José Máximo de Oliveira, as quais ficam dentro do território em questão.

Metodologicamente, a investigação aqui explicitada está balizada por um enfoque qualitativo-interpretativo, no qual buscou-se construir argumentações e problematizações, com o fim de compreender os caminhos legais para a implementação da Educação Escolar Indígena na comunidade étnica pesquisada. No decorrer da pesquisa, desvelou-se a trajetória da Educação Escolar Indígena (EEI) em Alagoas para entender os processos, os desdobramentos e os caminhos possíveis trilhados pelos povos indígenas do estado de Alagoas, mais especificamente pelo grupo étnico Wassu-Cocal, localizado no município de Joaquim Gomes - AL.

O fazer da pesquisa trouxe inquietações e provocações, de modo a refletir como as professoras indígenas[4] têm dialogado com a história e a cultura de seu povo étnico em sala de aula. Considerando que há poucos estudos que analisam, a partir da voz das lideranças e das práticas docentes, como as escolas indígenas de Alagoas estão, de fato, implementando currículos contra-hegemônicos, trazemos como questão-problema central desta pesquisa: em que medida as duas escolas indígenas pesquisadas constroem currículos contra-hegemônicos que extrapolam as propostas curriculares oficiais, considerando-se os conhecimentos tradicionais da comunidade étnica?

Importante informar que o presente trabalho segue e assume o viés pós-crítico decolonial, tendo por base estudos de casos múltiplos (Stake, 2007; Yin, 2001). O objetivo central deste artigo é, portanto, refletir sobre como as práticas curriculares se configuram no território pedagógico das escolas indígenas pesquisadas. Importante destacar que a opção por esse tipo de pesquisa se deu porque os dados foram coletados no contexto real das propostas curriculares democráticas em escolas indígenas na comunidade pesquisada. É possível entender, nesse sentido, que esse enfoque tem a finalidade de não se constituir como previsão nem como controle; visa,

[4] Todas as salas de aulas pesquisadas tinham professoras assumindo a docência.

Ensaios Pedagógicos
DOI: 123456789

sobretudo, à compreensão dos fenômenos e à formação dos que participam deles, para que a atuação pedagógica dos sujeitos seja mais reflexiva, ampla e eficaz.

Os alicerces estruturantes da educação escolar, direcionada aos indígenas, especificamente em Alagoas, envolvem a compreensão de vários elementos conceituais, tais como os processos históricos, políticos, curriculares, pedagógicos e ideológicos que forjaram os primeiros nativos e que vêm ressignificando os povos indígenas na atualidade. Nesse aspecto, a institucionalização da escola nos territórios indígenas (TI) teve o propósito de emancipar esses povos e, ao mesmo tempo, moldá-los para a obediência servil, sob o poder de arbitrariedades que levam à exclusão social, vividas e praticadas no espaço escolar, negando a pluralidade, a multiculturalidade e a multietnicidade dos povos originários.

As reflexões históricas evidenciam que as relações sociais no Brasil, desde a invasão europeia, tiveram, no empreendimento colonial, a busca da prosperidade por meio do esbulho territorial, das riquezas naturais, da exploração e da submissão dos corpos nativos e agiram sob o manto da legitimidade das leis régias e eclesiásticas que atendiam aos colonizadores, negando as distinções socioculturais dos povos. Desse modo, o movimento histórico, ocorrido por séculos, promoveu a distinção de privilégios para alguns sujeitos em detrimento da exclusão de muitos outros (Bourdieu, 2007).

Na esteira das mudanças, os indígenas em Alagoas vão assumindo o protagonismo na educação, embalados também pelas mudanças políticas da época, que ensejaram a promulgação da Constituição Federal, quando as mobilizações dos povos originários buscavam respostas para seus anseios, indicando que não estavam satisfeitos com as respostas e demandas do passado. Posteriormente, com a promulgação da Lei n. 11.645/2008, as comunidades e os povos indígenas em Alagoas entendem que ainda há um longo caminho a percorrer para que se construa uma educação que fortaleça o (re)conhecimento da sociodiversidade indígena, de suas origens e de suas ancestralidades.

Considerando esses pressupostos, este texto se organiza em quatro seções, além desta introdução. Inicialmente, apresenta-se a revisão bibliográfica, que reúne os referenciais teóricos que fundamentam as discussões desenvolvidas neste estudo. Em seguida, expõe-se a metodologia, descrevendo o percurso metodológico adotado na pesquisa. Na seção de resultados e discussões, são analisados os dados produzidos, à luz do referencial teórico, buscando compreender as práticas

curriculares desenvolvidas nas escolas indígenas pesquisadas. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são retomadas as principais reflexões decorrentes do estudo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A construção do referencial teórico que ancora esta pesquisa parte de um diálogo entre perspectivas críticas, pós-críticas e decoloniais, com ênfase nas relações entre currículo, memória, identidade e educação escolar indígena. A revisão sistemática da literatura foi orientada pela seguinte questão: quais produções acadêmicas têm fundamentado as discussões sobre currículos contra-hegemônicos, educação escolar indígena e epistemologias outras no contexto brasileiro, especialmente em Alagoas?

Foram consultadas bases como SciELO, Capes Periódicos e Google Acadêmico, no recorte temporal de 2000 a 2025, utilizando os descritores “Educação Escolar Indígena”, “Currículo Decolonial”, “Lei 11.645/2008”, “Etnoterritório Wassu-Cocal” e “Práticas Pedagógicas Insurgentes”. Priorizaram-se artigos, teses, dissertações e livros que articulam a temática indígena à crítica da colonialidade do poder (Quijano, 2010; 2017) e do saber (Mignolo, 2008; 2017).

Os estudos sobre colonialidade e desobediência epistêmica (Mignolo, 2008) indicam que a escola convencional foi utilizada como dispositivo de homogeneização cultural e de epistemicídio. Nesse sentido, a pedagogia decolonial (Walsh, 2013) é apresentada como uma prática insurgente que rompe com a lógica moderna/colonial, ao propor pedagogias fundadas na “reexistência” e na memória coletiva. Essas abordagens sustentam a análise das práticas pedagógicas observadas nas escolas indígenas do etnoterritório Wassu-Cocal.

No campo do currículo e da formação identitária, pesquisadores como Macedo (2018) e Cavalcante e Marinho (2019) defendem que os currículos praticados no cotidiano escolar podem subverter as prescrições oficiais, quando ancorados em narrativas locais, conhecimentos ancestrais e vozes de lideranças indígenas. As reflexões dialogam diretamente com os dados apresentados neste artigo, nos quais

Ensaios Pedagógicos
DOI: 123456789

as docentes indígenas e as lideranças apontam a construção de currículos que extrapolam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A memória e a oralidade aparecem como categorias centrais nos trabalhos de Munduruku (2018), Hakiy (2018) e Nora (1993). Para esses pesquisadores, a difusão de conhecimentos entre os povos originários vai para além da escrita, manifestando-se por meio de narrativas, cantos, rituais e práticas de escuta e observação. Essa compreensão é fundamental para analisar as rodas de conversa, as entoadas e o Projeto de Entrevistas com os Sábios e Anciãos, descritos nos resultados da pesquisa.

No tocante à legislação educacional e aos direitos indígenas, destacam-se os estudos de Lima (2015), Barroso (2015), Silva (2010) e Ferreira (2013). Os pesquisadores demonstram que, embora a Constituição Federal de 1988 e a Lei 11.645/2008 representem avanços, a efetivação de uma educação escolar indígena diferenciada, específica, intercultural e bilíngue ainda enfrenta obstáculos estruturais. A pesquisa no etnoterritório Wassu-Cocal evidencia que esses obstáculos são contornados por meio de táticas cotidianas (Certeau, 2009) e de práticas contra-hegemônicas.

As produções sobre o contexto alagoano, especialmente os estudos de Ferreira (2013), Silva Júnior (2013), Santos (2010), Santos e Peixoto (2016) e Silva e Ribeiro (2020), indicam que os povos indígenas de Alagoas, sobretudo os Wassu-Cocal, vivenciam processos históricos de invisibilização, esbulho territorial e violência estatal. Contudo, as pesquisas apontam para a resistência por meio da (re)ocupação simbólica do território e da reinvenção de práticas culturais, pedagógicas e epistemológicas.

Por fim, as epistemologias do sul (Santos, 2010) e a ecologia de saberes são acionadas para justificar a legitimidade dos conhecimentos ancestrais frente ao pensamento abissal da modernidade. Os referenciais teóricos possibilitam afirmar que as atividades lúdico-cosmológicas (como a confecção de dominós pedagógicos com símbolos históricos do território) e a articulação entre escola e comunidade étnica constituem práticas de descolonização curricular (Gomes, 2012).

Em síntese, a revisão sistemática da literatura evidencia que os estudos sobre educação escolar indígena, quando articulados às pedagogias decoloniais e às narrativas das comunidades, oferecem subsídios para compreender e valorizar as práticas curriculares insurgentes, como as identificadas nas escolas estaduais

indígenas José Manoel de Souza e José Máximo de Oliveira, no etnoterritório Wassu-Cocal.

METODOLOGIA

Este trabalho enquadra-se na modalidade de pesquisa de cunho qualitativo-interpretativo (Flick, 2009), que visa construir e, ao mesmo tempo, desvelar invisibilidades e sentidos, trazendo interpretações dos currículos construídos cotidianamente nas escolas indígenas pesquisadas. Quanto à técnica, o foco recaiu sobre o estudo de casos múltiplos, tomando-se como referência as duas escolas indígenas do etnoterritório Wassu-Cocal. O estudo de casos múltiplos possibilita entender que essa abordagem de pesquisa amplia o conhecimento a partir de casos particulares.

Importa registrar que as docentes indígenas pesquisadas são identificadas no trabalho como D1, D2, D3 e D4, para manter o anonimato e, dessa forma, preservar os sujeitos envolvidos na pesquisa. Quanto às lideranças, foram entrevistadas duas lideranças femininas e duas lideranças masculinas, identificadas como L1, L2, L3 e L4, seguindo o critério do anonimato para preservar os sujeitos partícipes da pesquisa.

Para além das narrativas, recorreu-se à análise dos currículos que estão sendo construídos em duas escolas do/no etnoterritório Wassu-Cocal, confrontando-os com as narrativas das lideranças da comunidade, com o intuito de constatar se estão articulados à história do povo em questão e às formas de visibilidade e às resistências culturais na sala de aula, além de confirmar se superam as prescrições impostas pela Secretaria de Educação (Seduc/AL), configuradas nas propostas curriculares vinculadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O diálogo com as docentes indígenas, por meio das rodas de conversa, fez perceber a necessidade de interagir com as lideranças indígenas do povo pesquisado. Esse indicativo foi importante para compreender que o processo educacional indígena não se limita apenas ao ambiente escolar. A oralidade reverbera na comunidade, que, por sua vez, sente-se pertencente e protagonista das ações nas e para as escolas indígenas, com a participação e anuência das lideranças indígenas no processo educativo.

A partir da escuta das lideranças indígenas, as suas narrativas possibilitaram compreender a existência de dinâmicas nas escolas indígenas, que estão em

circularidade dentro do espaço escolar, que mobilizam a comunidade e extrapolam a normatividade das instituições oficiais, evidenciando as táticas etnopedagógicas e a inteligibilidade criativa dos praticantes da realidade escolar desse povo. É o que torna a escola indígena diferenciada e genuinamente indígena.

O exercício da escuta e da oralidade realizada pelas lideranças indígenas produzem efeitos narrativos construtivos, que é ponto basilar para a individualidade e coletividade originária. Nessa seara, como aponta Macedo (2018, p. 86),

> [...] trabalhar com narrativas coloca-se para nós como uma possibilidade de fazer valer as dimensões de autoria, autonomia, legitimidade, beleza e pluralidade de estéticas dos discursos dos sujeitos cotidianos. Trabalhar com histórias narradas mostra-se como uma tentativa de dar visibilidade a esses sujeitos, afirmando-os como *autores/autoras*, também protagonistas dos nossos estudos.

Em concordância com a pesquisadora citada, entende-se a importância de se conectar com a história da comunidade, com as oralidades, narrativas, memórias e visões de mundo do Cacique, do Pajé e dos anciãos da comunidade para subsidiar os currículos desenvolvidos. Para as entrevistas com as lideranças, foram utilizadas perguntas semiabertas, que possibilitaram reconstituir a trajetória dos entrevistados como agentes mantenedores e difusores da cultura indígena. Isso para compreender a cosmovisão repassada oralmente no ambiente escolar, daquilo que consideram relevante e pertinente sobre a trajetória do povo, sedimentando o repasse da cultura e dos saberes aos mais jovens aprendizes indígenas.

As narrativas dos sujeitos entrevistados vão delineando o desenvolvimento da pesquisa, de modo a pôr e dispor as informações que, por vezes, não estão explícitas, mas estão tácitas nas ideias e nas vozes indígenas, o que leva às hipóteses que apontam angulações diferentes, ao contribuir para as análises dos dados empíricos e para exprimir com coerência a fundamentação teórica.

Considerando esse contexto, no próximo item, trataremos do processo de ruptura curricular em duas escolas indígenas do povo pesquisado (Escola Estadual Indígena José Manoel de Souza e Escola Estadual Indígena José Máximo de Oliveira), ambas situadas na Terra Indígena (TI) Wassu-Cocal, no município de Joaquim Gomes, na região da Zona da Mata, que (re)elaboram currículos contra-hegemônicos, extrapolando as propostas curriculares oficiais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto dessa pesquisa, conforme anunciado anteriormente, são tecidas interpretações acerca das práticas curriculares vivenciadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em duas escolas indígenas do povo pesquisado (Escola Estadual Indígena José Manoel de Souza e Escola Estadual Indígena José Máximo de Oliveira).

Em reuniões com as lideranças da comunidade, foi possível reconhecer as superações e as táticas do fazer pedagógico nas (re)elaborações curriculares das escolas indígenas Wassu-Cocal. Com essa intenção, este trabalho parte do seguinte problema: em que medida as escolas indígenas do etnoterritório Wassu-Cocal constroem currículos contra-hegemônicos que extrapolam as propostas curriculares oficiais, considerando-se os conhecimentos tradicionais e os saberes da comunidade?

Realizar a pesquisa no espaço territorial indígena impõe desafios e aprendizados, os quais, para seu desvelamento, requerem tratos relacionais com os povos originários. É necessário, inclusive, perceber as fronteiras entre o pesquisador e os sujeitos originários, além de compreender que esses sujeitos carregam em si a ancestralidade, o conhecimento de mundo e os elementos étnicos que perfazem a cultura e que orientam a (re)existência.

A presença da oralidade é uma dinâmica natural dos povos originários, sendo um importante dispositivo para a prática pedagógica nas/das escolas indígenas envolvidas, que não estão restritas à sala de aula, porque o universo indígena dispõe de elementos culturais por todo o território. A oralidade, conforme aponta Munduruku (2018, p. 81), é o elemento de repasse da tradição que exercita as novas gerações a introjetarem a memória como guardiã das histórias vivenciadas e criadas. Nesse contexto, Munduruku (2018) afirma que:

> A memória é, ao mesmo tempo, passado e presente, que se encontram para atualizar os repertórios e possibilitar novos sentidos, perpetuados em novos rituais, que, por sua vez, abrigarão elementos novos num circular movimento repetido à exaustão ao longo da história (Mundukuru, 2018, p. 81).

Estando as questões postas, é possível analisar as seguintes dimensões: diálogos com a história e a cultura do povo Wassu-Cocal dentro e fora da sala de aula; materiais didáticos e produções construídas em sala de aula; referenciais utilizados pelas professoras indígenas para explorar a temática indígena; vozes dos agentes indígenas sobre as práticas curriculares docentes, em sua relação com as orientações

curriculares nacionais, locais e com os conhecimentos ancestrais. O foco incidiu em observar até que ponto a memória ancestral, os conhecimentos e as vivências do grupo étnico estão sendo utilizados nos currículos das escolas pesquisadas.

Para Veiga (1992, p. 16), "[...] a prática pedagógica é uma dimensão da prática social". Nesse aspecto, na dinâmica pedagógica indígena, o aprendizado não se restringe apenas à sala de aula, visto que este circula dentro e fora dela, em conexão com as relações sociais, ambientais e com a memória ancestral, que remete às histórias e às narrativas das antigas lideranças do povo Wassu-Cocal.

A pesquisa destaca, dessa forma, a importância das docentes indígenas como agentes implicadoras da formação da identidade cultural e social das futuras gerações de seu povo. Segundo Kayapó (2014, p. 39), "[...] compreendemos que é necessário romper com o predatismo histórico etnocêntrico que evoca a história das derrotas e das perdas para ocultar a história das resistências e da manutenção da cultura dos povos indígenas". Esse entendimento se faz importante para evoluir em direção a uma dinâmica curricular que revisite os conhecimentos da tradição cultural e identitária dos sujeitos, com o fim de produzir novas formas de compreender a vida contemporânea e, simultaneamente, contribuir para a construção de alternativas a partir das vozes e das perspectivas daqueles que se encontram à margem (Moita Lopes, 2002).

Importa, nessa perspectiva, reconhecer que os sujeitos, ora invisibilizados, necessitam e buscam formas para que a escola pública promova a inclusão e a desconstrução dos processos de desestruturação social, engendrados pelo Estado contra os indígenas. Contudo, os povos originários seguem na proposição de "[...] outras possibilidades de (con)viver, de viver com o outro", como diz Walsh (2013, p. 37).

É importante destacar, também, que, para os povos indígenas, não basta a educação formal, científica; é necessário haver uma imbricação com a ancestralidade, com a religiosidade, com a cultura que flui na TI, no chão que pisam, que habitam e em que convivem. Ou seja, toda a natureza ao seu redor produz ensinamentos e aprendizados e, no existir desses povos, todos esses elementos direcionam as condutas e as ações.

No fazer da pesquisa, uma vez por semana, as educadoras indígenas realizam rodas de conversa com as/os estudantes indígenas, nas quais são trabalhados aspectos específicos da identidade da comunidade, abordando questões históricas e culturais em sala de aula, a partir de cânticos e entoadas.

As práticas pedagógicas realizadas com as entoadas, em ambas as escolas pesquisadas, têm favorecido a disposição das/os estudantes indígenas, organizadas/os em círculo, para que todos se entreolhem, no sentido da pedagogia horizontalizada. Segundo as educadoras indígenas pesquisadas, essa organização busca proporcionar segurança entre seus pares, para que todos se envolvam com os cânticos e as entoadas, numa relação horizontalizada, quebrando hierarquias e, assim, em conexão, aprendam o sentido da coletividade existencial.

Sobre esse trabalho pedagógico, as lideranças explicitam:

> A importância da entoada na escola é o fortalecimento da cultura, [...] Uma das diretoras convidou as lideranças para repassarmos as entoadas mais cantadas nos rituais... A história, repassar sobre a cultura para os alunos. Nós vamos reforçar, a pedido da escola, repassa um pouco da cultura. A gente dança três rodas de Toré junto com eles. Porque nós temos que mostrar para eles, eles não vão só para a escola aprender a ler, têm que aprender a cultura, têm que aprender tudo em volta da nossa aldeia (L1).
>
> É muito importante trazer para a escola os cantares da comunidade, suas histórias sua cultura, a entoada faz parte de nossa identidade, é necessário que as escolas tragam a história e a memória para a sala de aula, até porque muitas famílias já não passam esses saberes para seus filhos (L2).

As lideranças indígenas reconhecem a necessidade da existência da instituição escolar indígena, que articula currículos, projetos e atividades pedagógicas para além das fronteiras da prescrição, centrada nos saberes ancestrais, reafirmando o que está além do que é possibilitado. Assim, a escola indígena segue na desobediência epistêmica e se arrisca a trilhar caminhos outros.

Constata-se, nesse contexto, a presença da Pedagogia Decolonial, baseada na reafirmação da presença e da (re)existência das memórias coletivas, destacando a importância dessa concepção educativa como possibilidade de reafirmação do horizonte histórico, conforme nos expõe Walsh (2013):

> [...] Um horizonte histórico de longo prazo, que o pedagógico e o decolonial adquirem sua razão e significado político, social, cultural e existencial, como apostas de ação fortemente enraizadas na própria vida e, portanto, nas memórias coletivas que os povos indígenas e afrodescendentes vêm mantendo como parte de sua existência e ser (Walsh, 2013, p. 25).

Em concordância com a pesquisadora, os significados político, social e cultural que as práticas curriculares sustentam são os mesmos princípios que a coletividade dos povos indígenas vem tecendo em suas formas de ver e (re)existir no mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, a mensagem é decodificada para ser utilizada dentro e fora da sala de aula. E, assim, os sentidos e os princípios originários

Ensaios Pedagógicos
DOI: 123456789

acompanham a existencialidade ao longo da vida, produzindo sujeitos coletivos que raciocinam por outra lógica.

As práticas das professoras indígenas pesquisadas estão permeadas pela ancestralidade, pelas histórias e narrativas da comunidade étnica, tendo o trato com a religiosidade, com o místico, com o bioma da região e com a cosmologia do etnoterritório de forma naturalizada. Dessa forma, os conhecimentos dialogam com as disciplinas científicas, permeando o currículo nas escolas pesquisadas.

Projeto Pedagógico – Entrevistas com os Sábios e Anciãos da Comunidade

Considerando práticas que extrapolam as prescrições e trazem a gênese da história da comunidade para a sala de aula, há que ressaltar as atividades do "Projeto de Entrevistas com os Sábios e Anciãos". Essa atividade pedagógica segue rompendo com a prescrição curricular.

O referido projeto acontece em aulas de campo com professores/as e as/os estudantes indígenas, nas quais são mapeados os pontos históricos e simbólicos, como a Casa de Farinha, o riacho, a Pedra Sagrada e as árvores que têm histórias significantes, bem como as mitologias que fazem parte da gênese da história do povo pesquisado.

Em contextos educativos indígenas, tanto as crianças quanto as professoras indígenas elaboram coletivamente perguntas para as entrevistas, com o objetivo de ouvir os ensinamentos e histórias compartilhadas pelos sábios e anciãos. As narrativas valorizam fundamentos, como o respeito e a valorização dos costumes e das ancestralidades. Conforme destaca Hakiy (2018), o contador de histórias tem função central na comunidade, sendo reconhecido como detentor e oralizador do conhecimento ancestral. Dessa forma, assegura o legado cultural repassado às gerações futuras, mantendo viva a memória coletiva do povo. A prática reforça a importância da oralidade e da tradição como pilares da educação indígena.

Nesta atividade pedagógica, em específico, a professora e as/os estudantes indígenas entrevistam os Sábios, Cacique, Pajé e Anciãos da comunidade em aulas de campo. Dessa forma, por meio da oralidade, o conhecimento dos antepassados perpetua-se por gerações. Assim, a comunidade indígena mantém a guarda das tradições ao reverenciar a herança dos antepassados, não por imitar a história antiga

de seu povo, mas por habilitar as crianças e os/as jovens indígenas a construírem o futuro, reafirmando seu lugar de existência.

Sobre a atividade pedagógica as lideranças explicitam:

> [...] Quando a escola faz essas entrevistas é muito importante, tanto para comunidade, como para os estudantes, por que trazemos nossas histórias, falamos por exemplo das ervas medicinais, ou quando envolvemos o solo da minha comunidade (L4).
>
> É muito importante os saberes da comunidade, se a escola é indígena ela precisa trabalhar a realidade da sua comunidade, a vivência do povo, se não trabalha ela não é uma escola indígena. Ela tem que trabalhar de acordo com isso tudo para os estudantes entender direitinho (L3) (Entrevista concedida para a pesquisa de Mestrado realizada em 2022).

Concordando com as vozes das lideranças explícitas nas citações, as/os estudantes indígenas ampliam as percepções e visões de mundo, fazendo o exercício da reflexão ao interpretarem cada frase dita pelo Pajé Lula, tido por uma "biblioteca viva", tamanha a riqueza de conhecimento, de vivência e de sabedoria acerca da comunidade étnica.

Nesse sentido, há concordância com o pensamento de Krenak (1989), ao evidenciar a importância memorialista de revisitá-las como meio (re)afirmativo da identidade étnica existencial.

> Na nossa tradição, um menino bebe o conhecimento do seu povo nas práticas de convivência, nos cantos, nas narrativas. Os cantos narram a criação do mundo, sua fundação e seus eventos. Então a criança está ali crescendo, aprendendo os cantos e ouvindo as narrativas. Quando ela cresce mais um pouquinho, quando já está aproximadamente com seis ou oito anos, aí então ela é separada para um processo de formação especial, orientando, em que os velhos, os guerreiros, vão iniciar esta criança na tradição. Então acontecem as cerimônias que compõem essa formação e os vários ritos, que incluem gestos e manifestações externas. [...]. Os sinais internos, os sinais subjetivos são a essência mesma daquele coletivo. Então, você passa a compartilhar o conhecimento, os compromissos e o sonho do seu povo (Krenak, 1989, s.p.)[5].

Em conexão com a reflexão do pesquisador Krenak, as escolas indígenas, em geral, trazem como referência os valores culturais, sociais, históricos e econômicos das comunidades étnicas. Concordando com Walsh (2013), não se trata apenas de um projeto crítico para proporcionar uma mudança social, mas de traçar novos e

[5] KRENAK, Ailton. **Entrevista**. Entrevista concedida para a Revista Teoria e Debate, 1989, s/p., matéria de autoria de Eugênio Bucci e Alipio Freire.

desafiadores caminhos, aguçando os sentidos (ver, ouvir, sentir) para vivenciar o horizonte de(s)colonial[6], ou seja:

> [...] práticas como pedagogias — que, ao mesmo tempo, questionam e desafiam a razão única da modernidade ocidental e o poder colonial ainda presente, rompendo com ele. Pedagogias que estimulam o pensar a partir e com genealogias, racionalidades, saberes, práticas e sistemas civilizatórios distintos. Pedagogias que incitam possibilidades de estar, ser, sentir, existir, fazer, pensar, olhar, escutar e conhecer de outro modo — pedagogias direcionadas e ancoradas em processos e projetos de caráter, horizonte e intento decolonial (Walsh, 2013, p. 28).

Nesse aspecto, as ações e as produções pedagógicas elaboradas e executadas pelo povo originário pesquisado seguem a métrica decolonial, como infere Mignolo (2017, p. 6), ao dizer que é "[...] um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade".

Necessário se faz reafirmar, nessa intenção, que as dinâmicas pedagógicas indígenas seguem caminhos diferentes da pedagogia convencional justamente porque têm como contributo essencial o saber da mãe natureza, cognominada de Pachamama pelos povos indígenas. Segundo Quijano (2017), a contribuição possibilita que os povos indígenas sigam em comunhão com a natureza e com a biodiversidade, trazendo-a para a sala de aula, para aprenderem conjuntamente com/na Pachamama.

Assim, os currículos construídos nas escolas indígenas observadas seguem as múltiplas narrativas, valorizando as histórias silenciadas que são subvertidas, (re)fazendo identidades e subjetividades contra-hegemônicas. Dessa forma, toda identidade se constitui a partir do pessoal e do social e é (re)elaborada individual e socialmente, e, nesse aspecto, a identidade indígena não é diferente quanto à sua idealização.

É a partir das práticas transgressoras que as professoras indígenas elaboram currículos com temas geradores (Freire; Faundez, 2002), os quais possibilitam reflexões sobre conhecimentos atrelados ao universo indígena, para facilitar a compreensão das percepções sociais e pessoais que estão interligadas. Nesse sentido, as percepções não podem, portanto, ser desconsideradas nos currículos e

[6] Grafia da própria pesquisadora.

Ensaios Pedagógicos
DOI: 123456789

nos espaços das escolas indígenas. Nesse âmbito, a escola indígena demarca espaço eminentemente social.

Com essa compreensão, as docentes indígenas, as coordenadoras e as lideranças indígenas, cientes da realidade impositiva, revelam meios tático-pedagógicos que subvertem a ordem e desestabilizam as epistemes hegemônicas estruturais, ao elaborarem atividades pedagógicas que têm centralidade no espaço de vivência e de existência, envolvendo desde as crianças indígenas até os "sacerdotes da palavra" (Ferreira, 2013).

Considerando os ensinamentos e orientações dos sábios e das lideranças indígenas da comunidade, as professoras indígenas desenvolvem uma atividade pedagógica lúdica por meio da elaboração de dominós. Esse recurso didático apresenta marcos históricos nos quais as/os estudantes indígenas montam o jogo, associando imagens de pontos referenciais que revisitam a memória e a trajetória guerreira da comunidade étnica. A estratégia pedagógica articula ludicidade e aprendizagem, possibilitando a (re)construção simbólica do passado coletivo. Em uma perspectiva contemporânea, pode-se afirmar que as professoras indígenas empregam princípios da *gamificação* como dispositivo pedagógico para reforçar a territorialidade do espaço vivido, território que é cenário de brincadeiras, danças, rituais e resistências. Dessa forma, o jogo transcende a função recreativa, convertendo-se em dispositivo de afirmação identitária e de oralização de saberes ancestrais.

A atividade pedagógica foi construída sob a orientação das lideranças indígenas. Isso é motivo de orgulho, por contribuírem para as escolas pesquisadas, conforme exposto:

> Esses lugares: a casa de Farinha, o riacho, a Pedra Sagrada, o lugar onde se faz os rituais são muito importantes para a comunidade, por isso essa atividade foi discutida com as lideranças, entendemos que essa atividade deve ser trabalhada com os estudantes, por isso foi construída (L1).
>
> [...] as professoras estão fazendo um bom trabalho, antes de fazer esse jogo nós fomos consultados. Acho muito importante que a escola respeite a história e cultura da comunidade dos ancestrais, reconhecemos o trabalho da escola (L3) (Entrevista concedida para a pesquisa de Mestrado realizada em 2022).

Diante dos currículos formalmente estabelecidos, evidencia-se que educadores e educandos indígenas transcendem as prescrições documentais, conforme destacam Araujo, Cavalcante e Santos (2024).

Nesse processo, vivenciam experiências educativas que subvertem os modelos hegemônicos, construindo currículos práticos que problematizam estruturas tradicionais. A dinâmica pedagógica decolonial revela uma agência pedagógica da terra, de educação popular, na qual os sujeitos ressignificam saberes e práticas, articulando conhecimentos institucionais com epistemologias locais e cotidianas e problematizadoras:

> [...] os sujeitos estudantes praticaram diferentes modos de experimentar/problematizar o currículo oficinal. Essa experimentação/problematização, [...] que se revelam em muitos momentos como extremamente *transgressora, potente e inventiva*[7]. Currículo esse que não foi centrado em verdades absolutas e sim na horizontalidade em que os conhecimentos dos sujeitos são reconhecidos e valorizados. [...] Dessa forma, configurou-se a ecologização dos saberes, como ponto de partida, numa construção de processo, mais criativo (Cavalcante; Queiroz Freitas; Marinho, 2016, p. 8).

Nesse cenário transgressor, surge o (re)conhecimento de si e o sentimento de pertencimento.

Nessa esteira, foi possível detectar, durante a pesquisa, que as ações curriculares das educadoras indígenas superam a concepção de educação hegemônica, propondo a contra-hegemonia, uma vez que tomaram como referência o conhecimento trazido por meio das redes de conhecimentos das/os estudantes indígenas, dos anciões e da comunidade em geral.

No entender de Walsh (2013), a construção curricular na escola demonstra o caminho pedagógico, elaborando indícios de uma educação decolonial, que são:

> Pedagogias compreendidas como as metodologias produzidas nos contextos de luta, marginalização, resistência e o que Adolfo Albán chamou de 'reexistência'; pedagogias como práticas insurgentes que rompem a modernidade/colonialidade e possibilitam modos muito diferentes de ser, pensar, conhecer, sentir, existir e conviver (Walsh, 2013, p. 19).

Desse modo, (re)constroem narrativas históricas a partir de suas próprias epistemologias, exercitando autonomia pedagógica e protagonismo discente. O processo pedagógico decolonial estimula a criatividade coletiva, que opera por meio de táticas cotidianas (Certeau, 2009), subvertendo criativamente as estruturas normativas do sistema educacional hegemônico.

Nesse contexto, constata-se a emergência da transgressão epistemológica nas salas de aula das escolas indígenas pesquisadas, que se configuram como espaços

[7] Grifo nosso.

Ensaios Pedagógicos
ufscar
DOI:
123456789

de co-construção de saberes. A atuação das professoras indígenas revela o compromisso político-pedagógico manifesto tanto na transformação das condições existenciais dos/das estudantes indígenas quanto nos processos de ensino-aprendizagem, fundamentados no diálogo crítico permanente. A prática educativa, ao desconstruir visões fragmentadas da educação, assume um caráter emancipatório e político, conforme destacado por Freire (2019, p. 32), ao afirmar que o ato educativo implica engajar-se "[...] na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão".

Conclui-se, portanto, que a transgressão pedagógica se torna possível mediante a interseção dialética entre as redes escolares e as redes educativas comunitárias às quais estudantes e docentes estão vinculados. Essa articulação promove uma osmose pedagógica entre saberes dentro e fora das escolas indígenas pesquisadas, gerando um complexo sistema de relações, significações e conhecimentos que são constantemente (re)produzidos, ressignificados e recriados nos espaços educativos interconectados. Nesse processo, os sujeitos educativos mobilizam estratégias lúdico-cosmológicas para mediar a oralização de saberes, operando uma síntese criativa entre conhecimentos universais e tradicionais.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de refletir acerca da Educação Escolar Indígena em Alagoas, sobre o direito dos povos originários, mais especificamente sobre práticas curriculares no processo de escolarização no etnoterritório Wassu-Cocal, a partir do recorte de uma pesquisa realizada nos anos de 2022/2023. Diante da dimensão da pesquisa, são abordados, neste estudo, dados de duas escolas indígenas pesquisadas. A intenção é dialogar com as formas de pensar a História e a educação escolar para indígenas em Alagoas.

É nesse caminhar que a escola indígena tem função preponderante na validação da identidade e do pertencimento das/os estudantes indígenas, desenvolvendo o protagonismo, despertando as potencialidades ora reprimidas, ocultadas e silenciadas, para que possam afirmar e reivindicar seus lugares e espaços na sociedade atual e, assim, promover novos conhecimentos, ideias, contextos e caminhos possíveis.

Ensaios Pedagógicos
DOI: 123456789

Dessa forma, as duas escolas indígenas pesquisadas na TI Wassu-Cocal mostram que as práticas pedagógicas decoloniais, baseadas na desobediência epistêmica, são providenciais para a manutenção existencial e vivencial, além de reivindicarem o lugar de fala na sociedade nacional e alagoana, preparando a juventude indígena para lidar com os dois universos (inter)culturais de forma potente. É possível depreender, portanto, que há um longo percurso para a construção dos (des)caminhos pedagógicos, históricos, epistêmicos e jurídicos para a educação escolar indígena e para os povos indígenas, que não se efetive senão por meio da contra-hegemonia. É preciso que se garanta a revitalização e a (re)afirmação cultural e identitária dos povos indígenas de Alagoas, de forma a romper com o predatismo histórico etnocêntrico que usa a história das derrotas e das perdas para ocultar a história das resistências, táticas e culturas dos povos indígenas.

É factível a implementação progressiva de práticas decoloniais nos âmbitos educacionais da rede básica e superior e no campo jurídico, as quais devem revisitar criticamente os repertórios culturais e identitários dos grupos étnicos, estabelecer diálogos interculturais que subvertam a epistemologia dominante e demonstrar à sociedade, em escala local e nacional, a natureza sistêmica da violência estatal.

O processo evidencia que a desestruturação social promovida pelo Estado segue a trajetória colonial específica: primeiro, manifesta-se sobre as populações indígenas e, por efeito cascata, atinge progressivamente todo o tecido social. A dinâmica revela, em última instância, a natureza do projeto colonial moderno, que não se limita a grupos específicos, mas tende a consumir inclusive as estruturas que o criaram. Contudo, como alerta o estudioso do colonialismo Quijano (2017), a lógica pode ser interrompida por meio de um projeto político e pedagógico alternativo, que parta das epistemologias e dos modos de vida dos povos historicamente marginalizados, transformando a resistência em alicerce para uma nova sociabilidade pós-colonial.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Lara Patrícia Martiniano; CAVALCANTE, Valéria Campos; SANTOS, Lucicleide Guedes. **Currículo, formação de professores e políticas públicas na educação básica**. 01. ed. ARAPIRACA: EDUNEAL, 2024. v. 01. 152p.

BOURDIEU, Pierre. Félix. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAVALCANTE, Valéria Campos; MARINHO, Paulo. A Descolonização Curricular em uma Escola Quilombola: uma possibilidade de mais justiça curricular e social. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, SP. v. 17, n. 3, p. 963-986, 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/43997. Acesso em 02: jan. 2025.

CAVALCANTE; Valéria Campos; QUEIROZ FREITAS, Marinaide Lima; MARINHO, Paulo. De um currículo prescrito à construção de um currículo pensado/praticado na Educação de Jovens e Adultos. *In*: IX Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste Brasileiro e IX Encontro Estadual de Política e Administração da Educação – RNAt. **Anais [...]**. Universidade Federal Rio Grande do Norte – UFRN. Vol. 38. ISSN: 16773802, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303803643_De_um_Curriculo_prescrito_a_construcao_de_um_Curriculo_Pensadopraticado_na_Educacao_de_Jovens_e_Adultos. Acesso em: 07 ago. 2026.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **A Educação dos Jiripancó**: uma reflexão sobre a escola diferenciada dos povos indígenas em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2013. 180P.: il. (Índios do Nordeste: temas e problemas; v. 14).

FLICK, Uwe. **Gestão da Qualidade em Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. *In*: **Revista Currículo Sem Fronteira**, v. 12, n. 1, p. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 14 mar. 2025.

HAKIY, Tiago. Literatura indígena: a voz da ancestralidade. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando. (org.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Fi, 2018, p. 37-38.

KAYAPÓ, Edson. A Pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme – revista de humanidades**. Caicó, v. 15, n. 35, p. 38-68, jul./dez. 2014. Dossiê Histórias Indígenas. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/mneme/issue/view/461. Acesso em: 6 abr. 2025.

KRENAK, Ailton. Entrevista. **Revista Teoria e Debate**, n. 7, julho/1989, s. p. Entrevista concedida a Eugênio Bucci e Alipio Freire. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/40795_20170425_115914.PDF. Acesso em: 07 ago. 2026.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. *In*: NOVAES, A. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 21-34.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Antônio Carlos S.; BARROSO, Maria Luiza T. **Educação indígena e paradoxos decoloniais**: a legislação educacional como campo de disputa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 178 p. (Coleção Questões Indígenas; v. 12).

MACEDO, Elizabeth. "A base é a base". E o currículo o que é? *In*: AGUIAR, Márcia Angela da S; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2022**: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018, p. 28-33.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Espanha: Gedisa, 2009.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locales/diseños Globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronteirizo. Madrid: Akal, 2017.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. O reencontro da memória. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (org.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. [recurso eletrônico], Porto Alegre: Fi, 2018, p. 81-83.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. (Original publicado em 1984 como *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*).

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 73-117.

QUIJANO, Anibal. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2025.

QUIJANO, Anibal. Bem viver: entre o desenvolvimento e a descolonialidade do poder. **Revista Cult**, ed. 229, p. 40-43, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: B.S. Santos; Menezes, M.P. **Epistemologias do sul**. Portugal: Cortez, 2010, p. 31-83.

SANTOS, Luan Moraes dos; PEIXOTO, José Adelson Lopes. Memória de um conflito: o índio no diálogo entre o cotidiano e o contexto social envolvente. **Revista sobre ontens**. Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas – GPHIAL, p. v. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: https://www.gphial-uneal.com.br/copia-brunemberg. Acesso em: 16 mar. 2025.

SILVA, Edson Hely; RIBEIRO, Ernani Nunes. A educação no brasil e os desafios do século XXI: um diálogo com a temática das relações étnico-raciais. *In*: SILVA, Edson Hely; FERREIRA, Joseildo Cavalcanti e PEREIRA, Jaelson Gomes de Andrade. (Orgs). **Textos & Contextos História, Educação e Diversidades**. Alagoas: Olyver, 2020.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos**: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção dos índios no Agreste Alagoano. Maceió: Edufal, 2013.

SILVA, Maria da Penha da. A temática indígena no currículo escolar à luz da Lei 11.645/2008. **Cadernos de pesquisa**, São Luís, UFMA, v.17, n. 2, p. 39-47, maio-ago. 2010.

STAKE, Robert. Edward. **A arte de investigar com estudos de caso**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencar. **A prática pedagógica do Professor de Didática**. 2. ed. Campinas, Papirus, 1992.

WALSH, Catharine. (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir. Quito: Abya-Yala, 2013. Tomo I. WALSH, Catherine, 2013.

YIN, Robert Kuo-zuir. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Recebido em: 10.05.2026
Aprovado em: 10.08.2026